

O Movimento Negro no poder?

O PT, o Governo Lula e a SEPPIR

The black movement in the power?
The PT, the Lula's government and the SEPPIR

Alicianne Gonçalves de Oliveira*
Alexandre Barbalho*

RESUMO: Este artigo busca compreender o percurso do Movimento Negro no interior do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como sua presença no Governo Lula, tendo como *locus* privilegiado a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). A questão é analisar que interesses moviam esse movimento e como eles foram contemplados ou adaptados quando alguns de seus membros passaram a atuar no poder executivo. A intenção é observar a complexidade das relações entre movimentos sociais e Estado que, se já vinham ocorrendo desde a redemocratização, ganharam outro estatuto com o PT no executivo federal. Para o desenvolvimento das reflexões, recorreu-se tanto à análise sócio-histórica, baseada em pesquisa bibliográfica, quanto à análise de conteúdo dos documentos do PT e do Governo Lula.

Palavras-chave:
Movimento Negro;
Partido dos
Trabalhadores;
Estado.

I ntrodução

A partir dos anos 1980, a questão racial começou a ganhar espaço na esfera de decisão política brasileira. Os militantes negros atuavam em um contexto no qual, como situa Rousiley Maia (2008a, 2008b), ao mesmo tempo em que os movimentos sociais procuravam revitalizar o debate, buscavam também influenciar diretamente o sistema político. Assim, pautavam não só a agenda dos meios de comunicação, mas também a dos partidos políticos e, conseqüentemente, as agendas parlamentar e administrativa.

Marcus Vinícius Peinado Gomes, por sua vez, explica que, no processo de redemocratização, os movimentos sociais passaram a se instalar no interior das novas organizações partidárias, pois, naquela época, “a expectativa de mudança do curso da história do Brasil era depositada nos partidos, pois esperava-se que eles seriam o agente de mudanças com a volta da democracia” (GOMES, 2009, p. 92).

Portanto, além da mobilização social e dos debates nacionais e internacionais sobre o tema racial, ocorreu a aproximação entre o Movimento Negro e os partidos políticos, em especial com os Partido dos Trabalhadores (PT). No interior do PT, integrantes do movimento utilizaram sua militância partidária e pressionaram, durante anos, para que a questão racial fosse prioritária e ganhasse espaço nas campanhas eleitorais. Após uma história de conflitos e denúncias internas, a questão racial passou dos documentos setoriais do PT para o programa de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência em 2002, e conseguiu integrar-se à estrutura do poder executivo com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

O objetivo deste artigo é compreender o percurso do Movimento Negro no interior do PT, bem como sua presença no governo federal durante o Governo Lula. Que questões moviam esse movimento e como elas foram contempladas ou adaptadas quando alguns de seus membros passaram a atuar no poder executivo? A intenção é observar a complexidade das relações entre movimentos sociais e Estado que, se já vinham ocorrendo desde a redemocratização (DAGNINO, 1994; CARDOSO, 1994; TELLES, 1994), ganharam outro estatuto com a ascensão do PT ao executivo federal. Dito de outro modo, que ambiguidades e contradições a participação de militantes negros trouxe à SEPPIR?

Para o desenvolvimento das reflexões recorreremos tanto à análise sócio-histórica, baseada em pesquisa bibliográfica, quanto à análise dos documentos do PT que tratavam da questão racial, bem como de documentos do Governo Lula, em especial da SEPPIR. Em um primeiro momento, faremos uma discussão sobre a questão racial e a atuação do Movimento Negro no interior do PT para, em seguida, analisarmos o funcionamento da Secretaria.

A questão racial no Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores foi criado em 1980 com o objetivo de lutar por democracia, pluralidade, solidariedade e transformações em várias áreas “destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2007, p. 4), solidarizando-se a todas as “massas oprimidas” do mundo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979).

A partir dessa linha programática, se estabelece, desde esse período, a relação de militantes e organizações do Movimento Negro com o Partido. Vários documentos do PT discutem essa convergência, identificando semelhanças nas causas e nos pleitos, colocando o movimento como parceiro, ressaltando uma história de construção e fortalecimento mútuos, em uma mesma conjuntura nacional (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999a, 1999b).

Nesse contexto, o movimento “constrói” militantes e quadros para o PT e este, por sua vez, atua no sentido de fortalecer o Movimento ao ampliar suas alianças (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999c). Contudo, há a ressalva de que, apesar da proximidade, Partido e Movimento são instituições diferentes:

Os partidos políticos, as centrais sindicais e tantas outras macro-organizações não representam e nem substituem o Movimento Negro. Embora isso pareça óbvio, deve ser tema de permanente atenção para a militância negra. E nesse conflito, essa tensão é notória para a grande maioria dos militantes negros porque em geral somos militantes do Movimento Negro no partido, e não, uma militância organizada e construída pelo próprio partido (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999c, p. 5).

A preponderância do movimento relaciona-se à forma como a questão racial foi trabalhada pelo PT e pelas gestões petistas à frente de governos municipais e estaduais. Segundo documentos do Partido, a questão racial sempre esteve associada à atuação de alguns militantes, principalmente dentro da Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Essa era uma ação solitária, que não recebia muita atenção do restante da organização partidária:

Convocados em determinados momentos para referendar as ações do partido no que dizia respeito ao preconceito e à discriminação racial, esses militantes acabavam por assumir sozinhos tarefas que deveriam ser coletivas do partido como, por exemplo, a elaboração de propostas para os planos de Governo nos anos eleitorais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999c, p. 19).

A questão racial foi, durante muito tempo, debatida em espaços importantes, porém secundários, como o Setorial de Negros e Negras¹. Situação que sempre foi alvo de críticas internas, como expressa uma edição do Boletim da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR)² do PT:

1 Setoriais são instâncias partidárias compostas por filiados que atuam em determinada área específica. O objetivo deles é intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2007).

2 A SNCR só foi criada em 1995, quinze anos após a fundação do PT.

[...] ao encarar o combate ao racismo e a discriminação racial como setorial, como tarefa exclusiva dos próprios discriminados e atingidos pelo racismo, o PT comete um equívoco político comum entre as forças de esquerda: qualquer proposta de transformação social não pode prescindir da incorporação dessas realidades consideradas como secundárias, mas como problemas sociais que reivindicam soluções gerais e componentes da totalidade de um projeto de uma nova sociedade. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999a, p. 2).

Essa situação decorre, em grande parte, da própria formação do PT ligada ao setor sindical, defendendo um programa democrático e popular, que pensasse os principais problemas da classe trabalhadora como acesso à educação, saúde, habitação, previdência social, à terra, dentre outros. O espaço dedicado especificamente aos negros era inexistente no primeiro momento do Partido:

[...] o manifesto de fundação não dedicava uma linha sequer ao tratamento da questão. Posteriormente, o PT incluiu no seu ideário programático: “O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Nesse particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas³ bem como a questão no negro assume papel relevante”. A luta contra a discriminação racial foi incorporada como elemento acessório, complementar da luta econômica, não obstante a afirmação de que não se tratava de questão secundária. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996, p. 8).

3 Segundo Paulo Mal-dos (2001), a centralidade na classe social também deixou os indígenas fora das categorias políticas, das estratégias, do projeto político e das instâncias partidárias do PT. Somente no final do século XX, intensificou-se a aproximação entre o Partido e os povos indígenas.

O adjetivo “secundário” é o que melhor qualifica a forma como a questão racial foi trabalhada não somente no PT, mas como indicam Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin (2002), até metade da década de 1990, atitude semelhante era encontrada nos sindicatos e nos partidos, que não viam a temática como relevante.

Gevanilda Santos (2005) explica que a esquerda brasileira, desde a fundação do Partido Comunista em 1922, desconhecia a problemática racial. O tema das relações raciais no interior da classe trabalhadora não teria sido discutido, inclusive, nas organizações trotskistas da década de 1930 e nas organizações clandestinas dos anos de 1970. A exceção foi o Partido Comunista do Brasil (PC

do B), em cujo manifesto-programa de 1962 dizia-se contrário a todas as formas de racismo, fazendo referência à realidade do negro no País. Segundo a autora, as organizações de esquerda, ao darem enfoque exclusivo à luta de classes, não tinham dimensão do grau de opressão racial existente na sociedade brasileira.

Mesmo após a problemática racial ter sido reconhecida no PT, ela não era considerada um ponto básico para a luta contra a hegemonia, mas sim uma questão de minoria. Isso influenciava a correlação de forças dentro do Partido que garantia “uma fatia do poder” para os setores minoritários (como os negros), caso eles fossem capazes de pressionar para obtê-la (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996, p. 09).

Questões como essas fazem autores e militantes afirmarem que o Partido dos Trabalhadores, bem como outros partidos e instâncias da sociedade brasileira, não ficaram imunes ao mito da democracia racial. Segundo Octavio Ianni, o PT “tem sido vítima de uma sub-reptícia e pervasiva invasão da ideologia racial predominante na sociedade brasileira, o que prejudica sua relação com a sociedade, com o povo, com os setores subalternos” (IANNI, 2005, p. 46).

O descontentamento dos militantes negros no Partido era tanto que alguns documentos do PT chegavam a afirmar que a entidade tinha se tornado “ainda que involuntariamente, cúmplice, parceiro da manutenção do ‘status quo racial’” e “da continuidade reciclada da tradição de esquerda que reduz as contradições da sociedade ao terreno econômico e enxerga o Brasil com um olhar branco” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996, p. 8).

A análise de boletins, cadernos de teses e debates mostra que os petistas ligados ao Movimento Negro sempre manifestavam críticas e descontentamentos e defendiam a necessidade de mudanças. Para Ianni, o movimento precisava mostrar que “sem a questão racial a esquerda não é um movimento plenamente integrado na dinâmica da sociedade e nas lutas sociais” (IANNI, 2005, p. 47).

Os militantes expunham nos documentos a existência do racismo, as desvantagens a que estão expostas a população negra, bem como a preocupação de ressaltar e defender que a questão racial não está separada da questão socioeconômica nem da luta democrática e socialista. Como indica um documento da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, era preciso uma pressão real dentro do Partido, pois as mudanças não chegariam sem disputas:

Se é verdade que a seleção e hierarquização propiciada pelo racismo garante privilégios raciais para os brancos,

torna-se inócuo todo e qualquer questionamento aos equívocos do PT neste terreno, se não for acompanhado por uma intervenção dos negros na vida partidária. Num partido, assim como na sociedade, as mudanças decorrem de uma situação de disputa. Os privilegiados não se convencem pela beleza ou coerência dos argumentos, mas pela combinação destes com a força social e política. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996, p. 10).

Por conta das tensões internas, as mudanças acabaram acontecendo entre as décadas de 1990 e 2000. Alguns acontecimentos foram marcos tanto para o Movimento quanto para o Partido dos Trabalhadores. Vejamos alguns, mesmo que brevemente.

Em 1995, realizou-se o 3º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, onde foi pensada a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR), um marco no debate interno sobre a questão racial e que colocou a disputa política em novo patamar (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996). Foi uma esperança de que o reconhecimento da luta antirracista como estratégica saísse do papel, com a formulação de políticas de formação, de relacionamento com o Movimento Negro e de voto étnico, por exemplo. A Secretaria foi criada, oficialmente, no Encontro Nacional do PT do mesmo ano e na “euforia dos festejos” dos 300 anos de Zumbi dos Palmares (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999c; CHAGAS; RIBEIRO, 2002).

Até o final da década, foram criadas no Partido várias secretarias estaduais e municipais de combate ao racismo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999c), contudo, paradoxalmente, em 1999, às vésperas do 6º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT e do II Congresso Nacional do Partido, a SNCR estava desorganizada e não respondia às expectativas que gerou entre os militantes. Como resultado do descontentamento com essa situação, surgiu um movimento dentro do Partido chamado “Falta Axé no PT”⁴.

Além disso, aquele foi o primeiro ano do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República. Segundo Martvs Chagas e Matilde Ribeiro (2002), para a militância negra petista, o governo de FHC aprofundava as marcas sociais do racismo brasileiro ao dar continuidade a um projeto neoliberal, ampliando a exclusão e as desigualdades sociorraciais. Diante disso, o PT passou a ser cobrado de forma mais firme, como mostra um dos cadernos de debates para o II Congresso Nacional do Partido:

O papel do PT no combate ao racismo, neste cenário de final de século, é de construir uma política de construção

4 O campo “Falta Axé” surgiu em meados de 1999, a partir de uma articulação nacional de militantes petistas dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, e atuavam exclusivamente na temática racial. Participava de disputas dentro do Partido e investia no trabalho de base junto aos terreiros de candomblé, nos quilombos e, principalmente, entre a juventude ligada ao hip hop.

partidária e eleitoral para 2000 e 2002, que expresse nitidamente um compromisso com uma política anti-racista e de apoio a candidaturas negras, desenvolver proposta de políticas públicas aos estados onde governa, a prefeituras, câmaras de vereadores, assembleias legislativas e ao congresso nacional. Esse “gesto” não pode ser pontual, mas sim, uma política partidária. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999b, p. 16).

Dois anos depois, ocorreu em Durban a “Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata” que funcionou como marco para o Movimento Negro na formulação e implantação de políticas no Governo Federal e também para o PT, que chegou a enviar representantes para o evento.

Segundo Carlos Porto, antes mesmo da Conferência, a SNCR se preparava para intervir na programação do Partido, ampliando o debate, fortalecendo a Secretaria e participando das discussões sobre a nova composição do Diretório Nacional. No documento sobre os encontros setoriais, de setembro de 2001, o então titular da SNCR afirmava que essa luta era estratégica “tanto na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil como para projetarmos uma sociedade futura, multirracial e, principalmente, socialista” (PORTO, 2001, p. 16).

Em outubro do mesmo ano, foi realizado um debate com o tema “O Negro e o Socialismo”, dentro do Terceiro Ciclo de Seminários Socialismo e Democracia, promovido em uma parceria entre Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo e Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT. No seminário, abriu-se a possibilidade de mudanças para o ano de 2002, com as eleições presidenciais. Na avaliação dos militantes, o PT seria “o grande instrumento” para uma virada de perspectiva na discussão sobre reparação, ações de equidade e ações afirmativas (SILVA, 2005). O então deputado federal Luiz Alberto Silva Santos defendeu que o PT precisava apresentar “um programa que diga: nós vamos resgatar dívidas que essa sociedade tem com a população negra brasileira. É um programa denso, não são ‘politicazinhas’ específicas aqui e acolá” (SANTOS, 2005, p. 79).

Foi uma esperança e um compromisso colocados com mais ênfase em 2001 para serem realizados no ano eleitoral, como instigou Benedita da Silva:

Quero ver se com o Lula governando este país não teremos ações afirmativas. Enquanto não construirmos esse tal

de socialismo, que tanto esperamos e queremos, temos de construir algo que dê condição ao trabalhador negro, à trabalhadora negra, de pensar que podem, sim, e que têm, sim, direitos. E para isso é preciso implementarmos políticas com viés de corte racial. (SILVA, 2005, p. 55).

O fato é que uma grande mobilização da militância negra petista marcou a construção do programa de 2002. Era a hora de aproveitar o acúmulo de eleições anteriores e as experiências de combate ao racismo desenvolvidas pelos governos e legisladores do PT e partidos aliados, além de “aproveitar e sistematizar as contribuições da militância negra na formulação e execução de políticas que tiveram a capacidade de denunciar, desnudar e combater o mito da democracia racial em nosso país” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002a, p. 4).

A ideia era elaborar um programa que apontasse para ações afirmativas e para políticas desenvolvidas para a maioria de brasileiros negros. Martvs Chagas, então titular da SNCR, e Matilde Ribeiro, futura ministra da SEPPIR, participaram da coordenação da campanha. O combate ao racismo passou a ter um local de destaque, não sendo mais uma questão secundária, mas tema de um dos dezessete cadernos do Programa.

O “Programa Brasil sem Racismo”, como se chamou o caderno, foi lançado no dia nove de setembro, em Salvador, e, segundo Rosana Heringer (2006), foi aquele que mais explicitamente voltou-se para os direitos da população negra naquela eleição. Foi elaborado a partir da participação da militância do Partido, em cinco seminários regionais e um seminário nacional organizados pela SNCR. O caderno contou também com a parceria e a colaboração de entidades da sociedade civil organizada.

Durante esse processo, a SNCR “articulou as bases do partido para apresentar um programa com as visões da militância sobre a questão racial” (GOMES, 2009, p. 107). Talvez por isso, o “Brasil sem Racismo” pretendeu ser diferente dos programas anteriores:

No plano teórico, o programa de governo não deve cometer o equívoco da defesa da cidadania da população negra a partir da concepção de minoria, parte do ideário de formuladores de programas de governo, inclusive de nosso partido. [...] No entanto, é necessária a compreensão de que o negro constituiu uma maioria populacional em nosso país e que o conceito qualitativo de minoria não atende a

dinâmica das transformações sócio-raciais, na medida em que afirmar a participação numérica e desigual dos negros na sociedade brasileira significa quebrar a ideologia racial vigente, que instrumentaliza o mito da democracia racial como mecanismo de exploração de classe, exclusão social e opressão racial (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002a, p. 5-6).

O “Brasil sem Racismo” tinha 19 páginas com um apanhado sobre a realidade dos negros no Brasil, as resistências históricas do povo e do Movimento Negro, o novo cenário com as conquistas pós-Durban e sobre o papel do Estado. O programa trouxe ainda propostas bem estruturadas em onze tópicos⁵. O momento era de falar sobre reparação:

[O programa de governo da coligação Lula Presidente] Indica também a urgência de um esforço político para que se afirme no País o princípio da igualdade entre homens e mulheres, entre negros e brancos, e reconhece como indispensável a superação da dívida social que há mais de 500 anos faz de uma grande parcela da população vítima estrutural da violência e da injustiça.

Não nos satisfazemos com o simples combate às causas econômicas das múltiplas formas de desigualdade, mas reconhecemos a necessidade de desenvolvermos ações afirmativas, para que se ponha fim a toda forma de discriminação existente contra os negros. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002b, p. 8).

Foram elaboradas 33 propostas de ação com grande maioria específica ou especialmente voltada para a população negra. Uma pequena parte, quatro ações, contemplava outros grupos ou era de caráter universal. Ao propor esse último tipo de ação, o Programa entrava em sintonia com outra estratégia do movimento: unir negros e pobres. Assim, as políticas para pobres abrangeriam também os negros. Afinal, como diz o Programa, “nascido negro ou negra [hoje no Brasil] está diretamente relacionado com a possibilidade de ser pobre” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002b, p. 7).

Estabelecido o processo que levou à militância negra pautar a questão racial na campanha vitoriosa de Lula à Presidência da República em 2002, podemos observar se e como as propostas de ação foram efetivadas nos governos petistas.

5 Terras de quilombos; trabalho, emprego e renda; saúde; educação; cultura e comunicação; mulher; juventude; segurança; relações internacionais; gestão pública; governo e sociedade.

A questão racial no Governo Lula: A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

“Um País de Todos”, este foi o *status* dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva à frente da Presidência da República. Segundo Silvério, o Governo Lula reconhece “a importância da participação dos setores populares organizados na concepção e no desenho da política sob a bandeira da inclusão social” (SILVÉRIO, 2009, p. 28), e faz isto criando e/ou reforçando instrumentos de governança como conferências, conselhos e planos. Ou, como observa Wilson Gomes (2011), através de consultas públicas pela internet.

Um contexto que lembra o que Leonardo Avritzer e Sérgio Costa (2004), ao falarem da América Latina, chamam de “formas institucionais de penetrar o Estado”. Para os autores, em uma esfera pública pulsante e porosa, as posições e os argumentos dos novos atores sociais precisam encontrar formas de entrar na esfera de decisão política, democratizando o Estado e “tornando-o objeto de controle dos cidadãos”.

A participação de setores da sociedade civil na concepção de políticas públicas também contou com o Movimento Negro. O ano de 2003, inclusive, representou uma mudança em dois pontos importantes: como a questão racial é trabalhada no governo e como o Estado se relaciona com o Movimento. Conforme aponta Márcia Lima (2010), antes do Governo Lula, o Movimento ficava na condição de demandante e tinha pouca inserção no aparato governamental. A partir de 2003, o Movimento se envolveu na formulação de políticas públicas e ocupou cargos em ministérios e conselhos criados pelo governo.

O Governo Lula iniciou em janeiro de 2003 com três ministros negros (Assistência Social, Meio Ambiente e Cultura). Além disso, diferente do Governo FHC, que criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para pensar políticas de valorização da população negra, Lula investiu em uma visão integrada, onde a questão racial perpassava todo o governo (SILVÉRIO, 2009).

Em 21 de março de 2003, três meses após a posse de Lula, o Governo criou uma nova secretaria, com *status* de ministério: a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), transformada em agosto de 2010 em Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

A SEPPIR é um órgão de assessoria direta e imediata do Presidente nos seguintes aspectos: a) Formulação, coordenação, articulação e avaliação de políticas, inclusive afirmativas, e de diretrizes para a promoção da igualdade

racial e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra; b) Articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados; c) Formulação, coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo; d) Planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas; e) Promoção do acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil (BRASIL, 2003).

Para atender a essas demandas, a estrutura da SEPPIR é composta por três secretarias: de Políticas de Ações Afirmativas; Planejamento e Formulação de Políticas; e Políticas para Comunidades Tradicionais⁶. Há ainda o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR), que tem como objetivo propor políticas de promoção da igualdade racial no plano nacional. Presidido pelo ministro da SEPPIR, ele é formado por 22 órgãos do âmbito federal, 19 entidades da sociedade civil e por três notáveis indicados pela Secretaria. Outra parte da estrutura do órgão é o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), que promove a articulação entre os governos federal, estaduais e municipais.

Apesar de sugerida no Relatório de Transição de Governo, a criação da Secretaria não ocorreu sem tensões. Esperava-se o anúncio da SEPPIR no mesmo dia da criação das demais secretarias especiais, no entanto, isso não aconteceu. Desse modo, segundo Matilde Ribeiro, ela e Martvs Chagas tiveram que administrar a pressão da militância negra:

[...] já estava dentro do ministério tanto a de direitos humanos quanto a da mulher, e a SEPPIR não foi criada, então se tornou uma tensão muito grande, eu, é... vindo da transição e o representante da secretaria nacional de combate ao racismo [Martvs] tivemos que literalmente tourear a relação com o Movimento Negro que perguntava: Cadê? Tanto esforço... E aí?? [...] o telefone não parava, as pessoas não paravam de nos procurar numa angústia porque tinha essa expectativa (...). (RIBEIRO *apud* GOMES, 2009, p. 107).

6 Para a SEPPIR, são comunidades tradicionais os indígenas, os ciganos, as comunidades quilombolas e a comunidades de terreiros (SEPPIR, 2009).

Só após uma intensa articulação com entidades do Movimento e um grande debate no Fórum Social Mundial de 2003, foi definida a criação da SEPPIR. O

atraso na criação da Secretaria, bem como na constituição da equipe técnica, na consecução de um plano de trabalho e de uma rotina operacional resultaram em certa fragilidade institucional na fase inicial do órgão (IPEA, 2003).

Matilde Ribeiro e Martvs Chagas se reuniram com várias organizações do Movimento Negro para discutir como deveria ser a estrutura da Secretaria, inclusive indicando pessoas para compor a equipe (GOMES, 2009). Assim, é possível concordar com Marcio André dos Santos quando afirma que a SEPPIR faz parte do processo de “institucionalização dos movimentos negros”, que começou há vinte anos com o surgimento de órgãos públicos de defesa dos interesses da população negra. O autor entende que, embora a Secretaria também pretenda representar outros grupos, “é um exemplo concreto do sucesso das vocalizações dos movimentos negros junto ao Estado”, um atestado do “grau de maturidade institucional e política dos movimentos negros” (SANTOS, 2009, p. 245).

O fato é que, mesmo com a tensão no período de sua criação, a SEPPIR pôde institucionalizar a posição do Governo em relação à temática étnico-racial, colocando “a promoção da igualdade racial como responsabilidade da instituição mais elevada da estrutura administrativa do Poder Executivo” (IPEA, 2004, p. 103).

Mesmo com pouco tempo de criação, a SEPPIR conseguiu a inclusão do desafio “Promover a redução das desigualdades raciais no Brasil” dentro do mega objetivo “Inclusão social e redução das desigualdades sociais”, do Plano Plurianual do Governo para 2004-2007 (IPEA, 2004). A Secretaria realizou também as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial. A primeira aconteceu em 2005, contou com várias conferências preparatórias municipais e estaduais e chegou a reunir três mil pessoas⁷.

A II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial realizou-se em junho de 2009. Contou com 1.500 pessoas e foi “marcada pela demanda de consolidação de uma política de promoção da igualdade racial enquanto política permanente de Estado” (IPEA, 2010, p. 240). No mesmo mês, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), seguindo os eixos da primeira conferência e estabelecendo objetivos em doze áreas, da saúde à política internacional.

Mas não foi somente a SEPPIR a responsável pelas ações de promoção da igualdade racial. Muitos outros órgãos também cumpriram o que sinalizava o programa de governo. Lima (2010) sistematiza as políticas desenvolvidas pelo Governo Lula nessa área em três grupos: políticas de caráter repressivo

7 A primeira conferência e seu relatório tiveram forte foco na população negra. Dos doze eixos temáticos, apenas um específico era sobre a população indígena. Os representantes das comunidades indígenas chegaram a propor até a criação de uma secretaria especial e de um conselho nacional para sua causa. Os ciganos não tiveram nenhum eixo temático específico, mas apresentaram suas demandas. As comunidades judaica e palestina discutiram sobre a questão internacional. Sobre essa conferência ver IPEA (2005).

(apoiadas na lei e contra ações discriminatórias); políticas de reconhecimento com o intuito valorativo (reconhece as diferenças e valoriza a cultura negra); e políticas de reconhecimento com o intuito redistributivo (corrige oportunidades desiguais).

As ações concentram-se, principalmente, nas seguintes áreas: educação, saúde, emprego e renda e remanescentes de quilombos.

No campo da educação, as principais ações do governo são de reconhecimento e redistribuição, como, por exemplo: a sanção da Lei 10.639/2003, que inclui no currículo do ensino básico o ensino da História e cultura afro-brasileiras; o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que possui um sistema de cotas para os que se declaram negros e indígenas; e a inclusão do quesito cor na composição do índice de classificação para seleção dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Nível Superior (FIES).

Também houve a introdução do recorte racial no Censo Escolar, resultado da parceria entre a SEPPIR e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), no Ministério da Educação (MEC). A SECAD promoveu projetos de apoio às ações afirmativas nas universidades e, em parceria com a SEPPIR, fez projetos para conteúdo de livros didáticos e para a qualificação de professores, visando à execução da Lei 10.639. Além disso, outra conquista da SEPPIR foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) (SEPPIR, 2011).

Na área da saúde, foram criados o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, ainda em 2004 e com participação da SEPPIR, e o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), uma parceria entre vários órgãos e entidades, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério da Saúde (MS), SEPPIR e Ministério Público Federal (MPF).

Em 2005, houve o lançamento de uma política nacional de atenção aos portadores de doença falciforme⁸ e outras hemoglobinopatias, no âmbito do MS. Destaca-se ainda a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, parceria entre SEPPIR e MS, de 2007. Segundo o IPEA (2007), o objetivo principal dessa política é promover a saúde da população negra, tendo como prioridade a redução das desigualdades étnico-raciais e o combate à discriminação e ao racismo nos serviços e nas instituições que fazem o SUS.

Nas políticas para o mercado de trabalho, em 2004, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidade

8 A doença falciforme é uma doença hereditária, resultado de uma modificação genética no gene que produz a hemoglobina. A anemia falciforme é o aspecto mais conhecido dessa doença e está ligada à dificuldade de transporte da hemoglobina. É uma doença que teve origem no continente africano e atinge, principalmente, a população negra, mas pode atingir outros grupos.

e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho. Além disso, foram destinados 15% dos recursos do Plano de Ação para o Sistema Nacional de Emprego (PLANSINE) para atender grupos considerados vulneráveis, como os negros. Também foram criados o Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ) Afrodescendente e o PLANSEQ Trabalho Doméstico Cidadão, uma parceria SEPPPIR, MTE e Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Uma atenção mais especial foi destinada às comunidades remanescentes quilombolas, 3.524 em todo o País, segundo dados da SEPPPIR. Nessa área, a grande ação foi o Programa Brasil Quilombola, criado em 2004. As ações, desenvolvidas em vários eixos, como acesso à terra, segurança alimentar, educação e desenvolvimento local, envolvem 23 ministérios e órgãos federais e são articuladas pela SEPPPIR. Assim, para José Maurício Arruti, “os quilombos deixaram de ser um tema exclusivo da política cultural para serem reconhecidos como uma parcela da população nacional que deve ser atendida de forma diferenciada pelo conjunto das políticas públicas redistributivas” (ARRUTI, 2009, p. 103-104)⁹.

Mas é necessário destacar que essas políticas estão longe de serem eficiente e mesmo unanimidades entre os militantes. Segundo avaliação do IPEA (2006), o descontentamento com o ritmo de execução das políticas ficou explícito já na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), em 2005.

Nos primeiros anos do Brasil Quilombola, por exemplo, o ritmo de reconhecimento e titulação das terras das comunidades foi considerado insuficiente frente à demanda (HERINGER, 2006). Além disso, os ministérios acabavam não gastando o que o governo divulgava como previsão orçamentária e executando o mínimo de atividades previstas (ARRUTI, 2009).

No que concerne à saúde, a crítica vai para o combate ao racismo institucional. Segundo Luciana Jaccoud, o Ministério da Saúde “não tem se mostrado particularmente ativo” nesse campo, após a conclusão do programa com o PNUD, “seja pela falta de recursos ou pela ausência da rede institucional que promoveu o programa” (JACCOUD, 2008a).

Além disso, as políticas de promoção da igualdade racial careceriam de melhor acompanhamento e avaliações. A própria SEPPPIR afirma que existe uma lacuna no que concerne ao monitoramento da execução dos convênios, visto que o número de servidores é desproporcional à área geográfica a ser abrangida (SEPPPIR, 2011).

⁹ Conforme Arruti (2009), entre 1997 e 1999, o Governo Federal possuía apenas três ações voltadas a esse grupo. Todas executadas pela Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura (MINC).

Alguns autores sugerem lacunas que podem ser responsáveis pela não obtenção do sucesso esperado pelo governo e pelos movimentos, principalmente quando falamos da SEPPIR. Para Valter Silvério, por exemplo, essas lacunas vêm de entraves internos à gestão:

Entre eles convém destacar os seguintes: a) embora a Seppir encontre-se vinculada à Presidência da República, como uma secretaria especial com *status* de ministério, seu orçamento é irrisório para uma atuação efetiva e consistente de transversalização das questões étnico-raciais no interior do governo; b) a composição de sua equipe foi feita, e tem sido reformulada, mais com base em critérios políticos do que em critérios técnicos; c) a manutenção do desenho institucional anterior, especialmente nos ministérios tradicionalmente considerados mais importantes na condução da agenda política do governo, tem sido impermeável às tentativas de incluir temas relativos à questão étnico-racial nos mesmos; d) a existência de discordâncias sobre o efetivo peso da discriminação racial e do racismo, na composição dos fatores que geram e compõem as desigualdades, aparecem discursivamente, por exemplo, na ênfase na indistinção de cor da parcela da população brasileira em situação de pobreza e/ou abaixo da linha da pobreza. (SILVÉRIO, 2009, p. 29).

A questão estrutural e orçamentária da SEPPIR também é ressaltada pelo Movimento Negro. Gomes explica que “alguns ativistas do Movimento têm se referido à SEPPIR como um puxadinho, uma estrutura fraca, sem orçamento” (GOMES, 2009, p. 126). A Secretaria, apesar de ter *status* de ministério, foi, muitas vezes, vista como um órgão menor, o que tinha efeito, inclusive, nas negociações com os demais ministérios. Situação confirmada pela ministra Matilde Ribeiro, que ocupou a SEPPIR da sua criação até 2008:

[...] tenho certeza que as políticas de igualdade racial para construí-las, elas não podem acontecer isoladas do conjunto das áreas de governo, mas por outro lado elas também não podem acontecer em espaço subordinados as outras áreas de governo, embora a SEPPIR tenha status de ministro [sic], tenha remissão direta ao Presidente da República, mas a negociação com os colegas ministros não se dá no mesmo patamar porque é um órgão de status

inferior do ponto de vista pragmático, formal, então isso aí são desafios da administração pública junto com a política. (MATILDE *apud* GOMES, 2009, p. 112).

Considerações finais

Boa parte dos problemas apontados pelo Movimento Negro no Governo Lula não é novidade nos órgãos criados para pensar as questões raciais. Falta de estrutura, orçamento e incompatibilidade de discurso e pensamento em relação à ação estão presentes desde as primeiras iniciativas, na década de 1980, induzidas pela nova Constituição (HASENBALG, 2005) e implantadas nos governos municipais, estaduais e nas gestões dos presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso (ALBERTI; PEREIRA, 2007; GUIMARÃES, 2001; NASCIMENTO, 1985; SAILLANT, 2009; JACCOUD; BEGHIN, 2002; MAGNOLI, 2009).

Apesar desse quadro de permanências, a SEPPIR apresenta alguns avanços: mantém-se próxima aos movimentos sociais, propõe soluções e, como deseja o Movimento Negro, faz com que, atualmente, as políticas sejam desenvolvidas em várias áreas e tenham caráter tanto valorativo quanto redistributivo.

No entanto, ainda há muitos desafios, afinal, a intenção do Governo Federal de promover políticas de igualdade racial não quer dizer que essas ações encontrem apoio unânime em todos os ministérios, em outros poderes e em todos os setores da sociedade. Também é preciso reconhecer que oito anos é muito pouco tempo para resolver décadas de omissão do Governo Federal frente às desigualdades raciais.

Observa-se, nos primeiros meses do governo de Dilma Rousseff, a permanência das ações já existentes, como foi definido desde as primeiras articulações para as eleições de 2010. A ideia foi de que a nova gestão desse continuidade à implementação das políticas de promoção da igualdade racial, nas áreas citadas anteriormente, como também ampliando para as de comunicação, relações internacionais, segurança pública e juventude.

Ao pensar as diretrizes para o Programa de Governo (2011-2014), o PT afirmou que “catalisou, nas últimas décadas, os anseios do Movimento Negro” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2010b, p. 12). Inclusive, a SEPPIR voltou a ter uma ministra ligada ao Movimento. Os dois ministros anteriores e que sucederam Matilde Ribeiro, Edson Santos (2008-2010) e Eloi Ferreira de Araújo (2010), não tinham ligação direta com nenhuma entidade do Movimento. A atual ministra Luiza Bairros é ligada ao PT, ao

MNU e ao Movimento de Mulheres. Também é pesquisadora da área. Antes de ocupar a pasta, foi secretária de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia. Uma trajetória que, segundo ela, ensinou-lhe o papel do combate ao racismo no país (BAIROS, 2011, p. 1).

Podemos ver nesses elementos indicativos de mudanças que podem tornar a promoção da igualdade racial no País mais plural e as políticas no setor mais eficientes. Mas é preciso lembrar, junto com Heringer (2006), que o Brasil está assistindo ao “alvorecer de um processo que provavelmente levará décadas”, qual seja, o de maior inclusão social e racial em nossa sociedade.

ABSTRACT: This article aims to understand the path of the black movement within the Workers’ Party (PT), as well as its presence in the Lula Government, with privileged locus the Secretariat for the Promotion of Racial Equality (SEPPIR). The question is to analyse what interests drove this movement and how they were addressed or adapted when some of its members began to act in the executive branch. The purpose is to observe the complexity of the relationship between social movements and State which, if had been occurring since the redemocracy, acquired another level with PT in the federal executive. To develop the ideas, we went through both the socio-historical analysis, based on literature research, as well as content analysis of documents from PT and the Lula Government.

Artigo

Recebido: 01/05/2013

Aprovado: 14/12/2013

Keywords: Black Movement; The Workers’ Party; State.

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. Articulações entre Movimento Negro e Estado. In: GOMES, Angela de Castro. Direitos e cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ARRUTI, José Maurício. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll; ActionAid, p. 75-110, 2009.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. Dados, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BAIROS, Luiza. Discurso na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro Chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. 2011. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/ministra/copy_of_documentos/2011/01/discurso-da-ministra-luiza-bairros-na-transmissao-de-cargo>. Acesso em: 14 maio 2011.

BRASIL. Medida provisória nº 111, de 21 de março de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Brasília, 2003.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (Org.). Anos 90: Políticas e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 81-90.

CHAGAS, Martins; RIBEIRO, Matilde. O combate ao racismo e as eleições de 2002. (Documento de Discussão do Partido dos Trabalhadores), 2002.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). Anos 90: Políticas e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-118.

GOMES, Marcus Vinícius Peinado. O Movimento Negro e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: um estudo sobre a luta por sentidos sobre a desigualdade racial no Brasil. 2009. 161 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5340/62070100809.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

GOMES, Wilson. Publicidade, visibilidade, discutibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 16., 2007, Curitiba. [Anais...]. Curitiba: UTP, 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_41.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). Tempo social, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a07.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HERINGER, Rosana. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: um balanço do período 2001-2004. 2006. Artigo elaborado para o livro resultante do I Workshop da Rede de Estudos de Ação Afirmativa. Texto do autor.

IANNI, Octavio. Comentários. In: _____ et al. O negro e o socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 45-48.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, n. 7, ago. 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_07.pdf>. Acesso em: 12 maio 2011.

_____. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, n. 8, fev. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_08.pdf>. Acesso em: 12 maio 2011.

_____. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, n. 11, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bps11.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2011.

_____. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, n. 12, fev. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_12/bps%2012_completo.pdf>. Acesso em 12 maio 2011.

_____. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, n. 14, fev. 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/bps14_completo.pdf>. Acesso em: 12 maio 2011.

_____. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, n. 18, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_18_completo.pdf>. Acesso em: 12 maio 2011.

JACCOUD, Luciana de Barros. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário et al. (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008a. p. 131-166. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_desigualdadesraciais.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

_____; BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/da/desigualdaderacialnobrasil.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. Novos Estudos CEBRAP, n. 87, p. 77-95, 2010.

MAGNOLI, Demétrio. Uma gota de sangue: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MALDOS, Paulo. O PT e a questão indígena. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Caderno de Encontros Setoriais. [S.l.], p. 25-26, 2001.

MAIA, Rousiley C. M. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. Comunicação e democracia: problemas & perspectiva. São Paulo: Paulus, p. 195-219, 2008a.

_____. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. Comunicação e democracia: problemas & perspectiva. São Paulo: Paulus, p. 163-194, 2008b.

NASCIMENTO, Abdias do. Discurso na Câmara dos Deputados sobre instalação da Assessoria de Cultura Afro-brasileira do Ministério da Cultura. 5 de setembro de 1985. Disponível em: <http://www.abdias.com.br/atuacao_parlamentar/deputado_discursos.htm>. Acesso em: 4 abr. 2011.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta de Princípios. 1979. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/documentos/documentos-historicos-32/pagina-1/>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

_____. Em destaque: Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE NEGROS E NEGRAS DO PT, 1996, São Paulo. [Anais...]. São Paulo, 1996.

_____. Boletim da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. [S.l.], 1999a.

_____. 4º Caderno de Debates: debates sobre as pré-teses. In: CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DO TRABALHADORES, 2., 1999b, [S. l.]. [Anais...]. [S.l.], 1999b.

_____. Caderno de contribuição ao debate do 6º Encontro Nacional de Negros e Negras. [S.l.], 1999c.

_____. Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. Histórico da participação do combate ao racismo na formulação dos programas de governo. [S.l.], 2002a.

_____. Programa Brasil sem Racismo. [S.l.], 2002b. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/brasilsemracismo.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2011.

_____. Estatuto do Partido dos Trabalhadores. Versão II. [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/documentos/estatuto-do-pt-31/pagina-1/>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

_____. Resolução sobre as diretrizes de Programa 2011/2014. In: CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 4., 2010, Brasília. [Anais...]. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.fpabramo.org.br/uploads/Congresso %20PT_resolucao_diretrizes%20de20programa.pdf](http://www.fpabramo.org.br/uploads/Congresso_%20PT_resolucao_diretrizes%20de20programa.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2011.

PORTO, Carlos. Aprofundar o debate sobre as estratégias de combate ao racismo. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Caderno de Encontros Setoriais. [S. l.], p. 15-16, 2001.

SAILLANT, Francine. Direitos, cidadania e reparações pelos erros do passado escravista: perspectivas do Movimento Negro no Brasil. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 197-226. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/Caminhos/caminhos_convergentes%20completo.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

SANTOS, Marcio André de O. dos. Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 227-258. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/Caminhos/caminhos_convergentes%20completo.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

SANTOS, Gevanilda. Comentários. In: IANNI, Octavio et al. O negro e o socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 53-55.

SANTOS, Luiz Alberto Silva. Respostas. In: IANNI, Octavio et al. O negro e o socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 77-80.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Resoluções da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/iiconapir.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. Programa Brasil Quilombola. Comunidades quilombolas brasileiras: regularização fundiária e políticas públicas. Brasília, 2010?. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/.arquivos/pbq.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

SILVA, Benedita da. Debate com público. In: IANNI, Octavio et al. O negro e o socialismo. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 21-38.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll; ActionAid, 2009. p. 13-38. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/Caminhos/caminhos_convergentes%20completo.pdf>. Acesso em 12 mar. 2011.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). Anos 90: Políticas e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 91-102.